**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO,
REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2012. -----**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, reuniu-se na Sala de Reuniões desta Câmara, o Executivo Camarário, composto pelo Presidente da Câmara Municipal Prof. Humberto da Costa Cerqueira e pelos Senhores Vereadores Prof. Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa; Eng.º Lúcio Manuel Alves Machado, Senhor Manuel Mota e Eng.º Francisco Gomes Ribeiro -----

PRESENÇAS: -----

Encontravam-se presentes nesta reunião o Secretário do GAP, a Chefe da DAF e o Chefe da GJC, que secretariou a presente reunião. -----

ABERTURA DA REUNIÃO. -----

Pelas dez horas o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

1º - Resumo diário da tesouraria do dia 27 de abril de 2012. -----

Presente o resumo diário da tesouraria, do dia 27 de abril de 2012, que apresenta um saldo de operações orçamentais no valor de € 255 687.27 e não orçamentais de € 429 152.41. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado tomar conhecimento. -----

**2º - Aprovação do projeto “Centro Comunitário de Atei –
Reabilitação de Edifício da Escola Praça 1”. -----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Há neste momento a possibilidade de o Município candidatar ao PRODER a Reabilitação de Edifício da Escola Praça 1, sito na freguesia de Atei para ai instalar um Centro Comunitário. -----

Perante esta possibilidade foi ordenada a elaboração de um projeto de intervenção, que segue em anexo. -----

Nos termos do artº 64º nº 1 al. q) da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, face ao valor estimado da obra, na ordem dos € 160 000.00, é a Câmara Municipal que compete a aprovação do projeto. -----

Assim, proponho que a Câmara Municipal, tendo em vista apresentar candidatura ao PRODER para elaboração dos projetos de especialidade e execução da empreitada “Centro Comunitário de Atei – Reabilitação de Edifício da Escola Praça 1”, aprove, no uso daquela competência, o projeto em anexo.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por maioria, com dois votos a favor, aprovar o projeto de arquitetura da empreitada “Centro Comunitário de Atei – Reabilitação de Edifício da Escola Praça 1”, bem como, candidatar a elaboração do projeto de especialidades e execução da empreitada ao PRODER. -----

Abstiveram-se nesta votação os Senhores Vereadores Eng.º Lúcio Machado, Eng.º Francisco Gomes Ribeiro e Manuel Mota de Oliveira. -----

Pelos Senhores Vereadores Eng.º Lúcio Machado e Manuel Mota de Oliveira foi apresentada e lida a seguinte declaração de voto: -----

“A Freguesia de Atei embora disponha de vários edifícios, não dispõe de um espaço de convívio e lazer. É necessário requalificar os edifícios de forma a valorizar o património, a maior parte em avançado estado de degradação, e reabilitá-los de forma a irem de encontro as necessidades e aspirações da população. -----

Perante a possibilidade de apresentação de candidatura ao PRODER para reabilitação de edifícios, deveriam ser consideradas prioridades e cooperação institucional. A apresentação de duas candidaturas, por parte da Junta de freguesia de Atei para reabilitação do Solar de Vila Pouca, e da Câmara Municipal para reabilitação Edifício da Escola Praça 1 em Vila Pouca freguesia de Atei, com a mesma finalidade sendo que o projeto do solar terá

mais valências, pesa ainda o fato que o solar se encontra em avançado estado de degradação ameaçando mesmo ruir, necessitando de intervenção urgente. A escola encontrar-se em bom estado de conservação e utilização. A Apresentação de dois projetos, prejudica claramente a candidatura da junta de freguesia, pelo fato de condicionar a verba inviabilizando a execução e conclusão da referida obra. -----

Na persistência de apresentação da candidatura do projeto "Centro comunitário de Atei- reabilitação de edifício da escola praça1" merece por parte dos vereadores do CDS-PP o voto de abstenção." -----

3º - Atribuição provisória de habitação social. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

"Na sequência do processo nº 217/11.2 TBMDDB, que correu termos pelo Tribunal Judicial de Mondim de Basto foi Maria José Monteiro Ramada desalojada da sua habitação, tendo sido realojada pela Santa Casa da Misericórdia de Mondim de Basto até que a Câmara Municipal encontre uma solução de alojamento da desalojada e dos seus quatro filhos menores. -----

Nesta data está a ser instruído um processo tendo em vista a atribuição de uma habitação social, que será oportunamente apresentado para apreciação por esta Câmara Municipal. -----

No entanto, considerando a situação de carência de habitação em que se encontra a desalojada e é ao Município que compete realojar agregados familiares em situações de desalojamento, proponho que a Camara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida no art.º 64º nº 1 al. l) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, delibere o realojamento imediato de Maria José Monteiro Ramada e dos seus quatro filhos menores na fração sita no Bloco A2 - 2º Esquerdo até que haja uma decisão do processo de atribuição." -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

4º - Ação Social Escolar – Atribuição e Alteração de escalonamento de alunos. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Nos termos do artigo 64º nº 1 al.l) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, proponho a alteração do escalão dos alunos conforme informação da Divisão de Educação, Ação Social, Cultura e Desporto em anexo, bem como a atribuição de escalão a aluna nova do Jardim de Infância de Mondim.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

OUTROS ASSUNTOS: -----

- **Apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto para beneficiação de infra – estruturas.** -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita extraordinária com o seguinte teor: -----

“Encontra-se na minha posse um ofício subscrito pelo Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto a dar conta do estado de carência em que se encontra a associação para beneficiação de infra – estruturas essenciais à prestação dos serviços que lhes estão confiados. -----

Assim, considerando a urgência na apreciação deste pedido, proponho a admissão da presente a título extraordinário. -----

Em caso de admissão, mais proponho que a Câmara Municipal, considerando os fins e áreas de atividade prosseguidos por esta associação, nos termos do artº 64º nº 1 al. q) da Lei 169/99 de 18 de setembro,

condicionado à disponibilidade de fundo disponível, atribua à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto, um apoio de € 10 000.00 para comparticipação da beneficiação de infra - estruturas que pretendem executar.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado, por unanimidade, admitir a proposta apresentada. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, condicionado à disponibilidade de fundo disponível para efeitos da Lei 8/2012, atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto, um apoio de € 10 000.00, para comparticipação da beneficiação de infra - estruturas que pretendem executar. -----

- **Reconfiguração do Mapa de Agrupamentos de Centros de Saúde.** -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Lúcio Machado foi solicitada a palavra para manifestar o desagrado pela decisão de reconfiguração do Mapa de Agrupamentos de Centros de Saúde, que integrou o Centro e Saúde de Mondim de Basto no Agrupamento de Centros de Saúde do Ave, quando o que melhor servia os utentes do Centro de Saúde de Mondim de Basto era a integração no Agrupamento de Alto de Trás-os-Montes, e sugeriu, que a Câmara Municipal adotasse medidas de reação a esta decisão, que não respeitou o parecer emitido pela Câmara Municipal. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade dirigir ao Senhor Ministro da Saúde um ofício a dar-lhe conta do desagrado pela decisão proferida. -----

- **Informação de encerramento do Tribunal Judicial de Mondim de Basto.** -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro foi solicitada a palavra para apresentar a seguinte declaração: -----

“Em primeiro lugar queria manifestar a minha preocupação e desagrado com a notícia vinda a público sobre a possibilidade de encerramento do Tribunal de Mondim de Basto. Que a acontecer, seria negativa para os interesses do concelho e que terá por isso mesmo a minha oposição, e no que estiver ao meu alcance tudo farei no sentido de inverter esta situação, nomeadamente, associar-me a outras vozes de autoridades e individualidades locais ou regionais, que estejam contra esta medida. -----

Reconhecendo a necessidade da Administração Central se reestruturar para melhor servir os cidadãos, e por outro lado permitir uma melhor racionalização de meios, quer humanos, quer materiais, e dado o atual nível de despesa do estado ser completamente inoportável para a economia do país. Todavia, essa economia de meios e racionalização de recursos deverá ser feita de uma forma justa, equilibrada, seguindo princípios de solidariedade e de proporcionalidade entre a sociedade portuguesa. -----

À luz destes princípios defendo como alternativa a essa racionalização de meios do estado, a ideia já ventilada por algumas individualidades, que vai ao encontro da criação de lojas do estado ou do cidadão, conforme lhe queiram chamar, e que no fundo agrupam várias valências do estado, desde serviços de finanças e tesouraria, segurança social, conservatórias, e outros. Deste modo, mantinham-se os serviços que o estado deverá prestar às populações, racionalizando-se simultaneamente recursos humanos e materiais. De outro modo, hoje fecha o tribunal, amanhã o serviços de finanças, e por aí em diante, mais dia, menos dia, mais vale fechar todo o interior concentrando-se toda a população no litoral, com todos os inconvenientes de vária ordem que uma situação deste tipo acarretaria.” -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a presente reunião às onze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e por estar conforme foi aprovada

por unanimidade e vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores e por mim secretário para valer como tal. -----